

ACTA N.º 17

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 28-06-08**

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano dois mil e oito, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: ----

Em representação do Partido Social Democrata, os senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vitor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Sérgio Manuel Carrondo Amaro e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

Em representação do Partido Socialista, os senhores: -----

Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro, Carlos Alberto Pato das Neves e José Francisco Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do Bloco de Esquerda, os senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da Coligação Democrática Unitária, os senhores: -----

Mário Eugénio Filipe Duarte e António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, a senhora: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Estiveram presentes pela Câmara Municipal, o senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, Maria João Gil dos Santos Grácio, Ezequiel Soares Estrada, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Henrique dos Reis Leal. -----

O Presidente da Assembleia deu início à sessão quando eram dez horas e doze minutos. -----

O elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias não se encontrava na sala, pelo que o Presidente da Assembleia colocou a acta número dezasseis à discussão e posterior votação. -----

ACTA NÚMERO DEZASSEIS : -----

Uma vez que ninguém se quis manifestar em relação à acta número dezasseis, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DEZASSEIS: -----

A acta número dezasseis foi **aprovada por maioria**, com **dezasseis votos a favor**, sendo nove votos do Partido Social Democrata, três votos do Partido Socialista, dois voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da

Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, e **três abstenções**, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo, uma do Partido Social Democrata, uma do Bloco de Esquerda e uma da Coligação Democrática Unitária. -----

Após a votação da acta, compareceram Marta Nogueira Pedro e Mesquita Domingues, do Partido Socialista e Teresa Martins, Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. --

Entrou-se de seguida no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Bloco de Esquerda** apresentou uma proposta de recomendação que se transcreve na íntegra: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

«Em Portugal, 30% da energia é consumida nos edifícios. Todos os esforços para que aí seja reduzido o consumo energético têm, pois, fortes impactos positivos económicos e ambientais. -- Às autarquias cabe um importante papel na promoção de boas práticas ambientais. Devem, nomeadamente, incentivar práticas construtivas que conduzam a um menor consumo energético e de água, a um maior conforto térmico, a melhor qualidade nos materiais utilizados e à eliminação de materiais perigosos. -----

Algumas autarquias já estão a fazê-lo, recorrendo inclusivamente a parcerias com instituições do ensino superior, aproveitando os seus saberes e a elevada qualificação dos seus técnicos. ---

Também a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) estimula os seus associados a promover a certificação energética dos edifícios municipais, recorrendo a auditorias e melhorando o seu desempenho energético. -----

*No mesmo sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento **recomenda** à Câmara Municipal que: -----*

- reveja as taxas aplicáveis a operações urbanísticas, de forma a torná-las mais favoráveis, sempre que sejam observados elevados padrões de sustentabilidade ambiental; -----

- estabeleça as parcerias adequadas com vista à promoção e desenvolvimento da construção ambientalmente sustentável, com edifícios de alto desempenho energético.» -----

Carlos Matias fez a apresentação da proposta: “Nós apresentamos uma proposta de recomendação que penso ser clara e que, como em outros documentos que nós noutras ocasiões trouxemos aqui, tem como objectivo, recomendar à Câmara medidas no sentido de promover a construção ambientalmente sustentável. -----

Esta recomendação vai no sentido de procurar que a Câmara se inspire nalgumas diligências que estão a ser feitas, até por alguns municípios da região, no sentido de estabelecer parcerias com estabelecimentos do ensino superior. Eu recorro, por exemplo, que esta semana veio noticiado que a Câmara de Santarém estabeleceu um protocolo com o Instituto Superior Técnico; E tenho presente também, salvo erro, que a Câmara de Ourém promoveu uma iniciativa de parceria com o Instituto Politécnico de Leiria. Uma e outra iniciativa (e por ventura outras que eu desconheço, mas sei que esse esforço está a ser feito em todo o país) vêm estimular, ao nível local e em parceria com essas escolas e também, eventualmente, com associações de construtores e com empresas de construção civil, a promoção de construção ambientalmente sustentável. -----

A recomendação que se propõe, é que se revejam as taxas aplicáveis a operações urbanísticas, de forma a torná-las mais favoráveis, sempre que sejam observados elevados padrões de sustentabilidade ambiental. A Lei permite esta discriminação positiva e, é precisamente aproveitando essa abertura que a Lei dá, que, por exemplo, o município de Santarém vai fazê-lo e, por outro lado, que estabeleça parcerias adequadas e adequadas a um tempo suficientemente vago, para que a Câmara possa encontrar a melhor solução, mas que encontre essas parcerias com estabelecimentos do ensino superior e, enfim, terá que os procurar e ver quais são os parceiros que possam estar disponíveis para fazer esse trabalho conjunto com a Câmara, para que seja feita também essa promoção da construção ambientalmente sustentável no nosso concelho. -----

Portanto, é uma recomendação que vai nesse sentido. Pensamos que ela é suficientemente precisa para focar os objectivos e apontar alguns caminhos que são dados e é suficientemente abrangente para que a Câmara, dentro das suas competências, procure as soluções mais adequadas.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente a esta proposta, não há qualquer tipo de objecção da parte do Partido Social Democrata. É dado conhecido que, no que respeita a novos edifícios, nomeadamente de responsabilidade do município, estão a procurar-se soluções, a ir-se ao encontro daquilo que são as preocupações em termos ambientais. -----

Relativamente aos edifícios existentes, essas soluções têm de ser encontradas e estudadas, de facto, ao longo do tempo, porque é interferir, intervir em estruturas existentes, com características que têm de ser eventualmente adaptadas às soluções de protecção do ambiente, daquilo que se chama de ambiente sustentável. -----

Portanto, não temos qualquer objecção nesta proposta e vamos votá-la favoravelmente.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Célia Agostinho**: “O Partido Socialista também concorda com esta proposta de recomendação. Encontra utilidade nela e também vai votar favoravelmente.” -----

Foi dada a palavra a **Mário Eugénio**: “Nós estamos absolutamente de acordo com o princípio, com o estímulo ao desenvolvimento das parcerias de construção ambientalmente sustentável. -----

Tínhamos algumas dúvidas e ainda temos, mas isso não nos impede de aprovar esta proposta, até porque o princípio é que é importante. -----

Quanto a este incentivo, que só está aqui previsto através da revisão das taxas, eu não sei se não será necessário rever também outras matérias. Mas enfim, o princípio é este, estamos absolutamente de acordo e vamos votar favoravelmente.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Eu acho que é importante para o concelho que seja cumprido este princípio. É pena que não tenha acontecido há mais tempo.” ---

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

O **Presidente da Assembleia** procedeu aos trâmites legais para dar posse ao elemento convocado para substituir o membro do Partido Socialista que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a **José Francisco Matos Rodrigues Leote**, que substituiu António Isidro Neves Ferreira Marques, do Partido Socialista. -----

Após a leitura da acta de instalação avulsa e do respectivo juramento por parte do novo membro, o **Presidente da Assembleia** considerou-o investido nas funções. -----

Continuou-se o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Vamos levantar algumas questões sobre o Entroncamento e uma delas tem a ver com a deliberação de vinte e nove de Dezembro de dois mil e sete, da parcela de terreno cita na **Zona Industrial**, primeira fase, com uma área de oito mil cento e sessenta e oito metros quadrados, e a retirada deste terreno da área sobrance do domínio público. -----

A Coligação Democrática Unitária disse-o, na altura, apesar de não ter ficado registado em acta, mas queremos que fique registado, que nós não vamos parar por aqui e aconselhamos vivamente que o assunto volte novamente à Assembleia Municipal e que seja revisto, porque estamos na disposição de levar isto a outras instancias, nomeadamente ao Tribunal Administrativo e ao IGAT, se nada for feito e se este assunto não for revisto. -----

A forma como está a **Estação de Caminho de Ferro** do Entroncamento, é uma vergonha. -----

As Estações têm uma importância grande para as regiões, para o país e para a nossa cidade e são necessárias medidas urgentes quanto à segurança dos passageiros e dos funcionários ferroviários. O perigo é tal, que a REFER (e muito bem) destacou funcionários seus para evitarem situações fatais à passagem das composições. Muitas delas passam com alguma velocidade e só não há situações fatais porque os funcionários da REFER estão ali constantemente a vigiar quem passa e a aconselhar as pessoas a passar mais depressa ou a terem mais cuidado. -----

Portanto, é necessário a mobilização de todas as forças políticas do Entroncamento, no sentido do Poder fazer qualquer coisa e remodelar esta Estação, que ficou para trás no processo de remodelação da Linha do Norte. -----

Outra das questões que trago aqui é a questão do **Centro de Saúde**. Todos nós nos temos debatido pelo alargamento do Centro de Saúde. -----

Neste momento, temos mais de quatro mil utentes sem médicos de família, estando portanto, cerca de três médicos em falta. Mas, para além disto, temos uma série de médicos que estão à beira da reforma e, alguns deles, até já estão a tratar do processo de reforma. Tudo isto faz com que estejamos numa situação extremamente grave daqui a uns tempos. -----

Esta situação não está isolada a nível do distrito! Nos finais do ano passado, em Dezembro, havia falta de médicos para cinquenta e cinco mil utentes no distrito, ou seja, cinquenta e cinco mil estavam em lista de espera e, neste momento, através das notícias, dos jornais, sabemos que houve mais aposentações de médicos em Ourém e, neste momento, são mais de sessenta mil o número de utentes sem médico de família a nível do distrito. -----

Mesmo que se implementem os chamados “Agrupamentos dos Centros de Saúde”, isto não vai resolver o problema, porque a questão está na falta de funcionários, sobretudo de médicos! -----

Por outro lado, o Partido Comunista Português tem colocado estas questões na Assembleia da República, através de requerimentos, questionando o Governo e, as respostas que são dadas são vagas e não há soluções. -----

Nós estamos preocupados com o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde a nível nacional! Porque se trata disso! Anunciam-se os Agrupamentos, anunciam-se as Unidades de Saúde Familiar, mas, é “para inglês ver”, são atitudes para mascarar e esconder a realidade desta situação. -----

A última questão que queríamos colocar, tem a ver com o **Museu Nacional Ferroviário**. Finalmente temos algum material, algum património resguardado. -----

A Coligação Democrática Unitária bateu-se, no passado, para a retirada de algumas peças únicas que estavam na rua a deteriorarem-se e, finalmente, tivemos oportunidade de ver algum desse material resguardado, e bem resguardado. Já é um passo em frente. -----

Mas, chamamos a atenção, ainda existe muito espólio que continua na rua a degradar-se de dia para dia, em situação de prático abandono. Até aqui no Entroncamento, em algumas zonas do Entroncamento, era necessário resguardar algumas das máquinas que estão ainda na rua. -----

Por outro lado, pensamos que a Redonda foi um passo importante. -----

Do meu ponto de vista, a Redonda fez-se, mas, se formos a este ritmo, só daqui a um século é que temos o Museu Nacional Ferroviário pronto e todos os núcleos museológicos ferroviários espalhados pelo país, prontos! Não é só o material, o Museu Nacional Ferroviário com sede no Entroncamento, mas todo um conjunto de núcleos e a sede do Museu que é aqui, mas é necessário dar mais passos importantes na salvaguarda desse património que é valioso. ---

Por outro lado, não é só o património físico, há necessidade de salvaguardar também aquela cultura ferroviária de manutenção do património. Aquele saber dos Mestres que sabiam

como se reparava uma máquina, uma locomotiva, ou outro equipamento. Esta cultura deveria ser transmitida a gerações mais novas que estejam agregadas ao Museu e aos núcleos. -----

Este passo é fundamental, para além de salvaguardar a questão dos documentos que estão espalhados pelo país.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Foram levantados aqui quatro pontos importantes que nos preocupa a todos. Designadamente a situação da saúde, o alargamento do Centro de Saúde, a falta de médicos que deveria ter sido prevista há mais tempo, que deveria ter sido proporcionada a formação de médicos antes destes, que estão à beira de saírem, se irem embora. Por outro lado, nas decisões políticas do avanço da saúde, deveria ter sido acautelado, que nenhuma população do distrito ficasse sem médico de família. -----

A situação não é nada risonha, porque mesmo com as implementações das Unidade de Saúde Familiar, vai fazer com que haja uma distinção entre a população que será atendida por essas unidades de saúde familiar, que vai aglomerar os médicos mais trabalhadores e mais diferenciados, a outra população que não tenha consultas, ou que não tenha atendimento de cuidados de saúde. Essas vão ficar em pior situação. -----

Não se pode atrasar mais tempo o Centro de Saúde. Alargar o Centro de Saúde foi uma decisão política, mas vejo ficar tudo em “águas de bacalhau” e isto preocupa-me. -----

É de louvar as afirmações sobre a segurança na Estação e o Museu Nacional Ferroviário. É pena que, uma série de recordações se possam perder e é preciso que as pessoas estejam atentas para não se perderem essas vivências, que foram o passado ferroviário no Entroncamento.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Pegando no Museu Nacional Ferroviário, e era mesmo por aqui que eu queria começar, quero congratular-me com o facto de, no dia vinte, termos dado por finalizada uma “peça”, diria eu, do Museu Nacional Ferroviário – a Rotunda de Locomotivas do Entroncamento – que, independentemente de algumas polémicas, é uma obra concluída, reconhecida e que nos cabe referir como de muito empenho, não só do nosso Município, da Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, mas também da senhora Secretária de Estado dos Transportes. Pessoa que muito tem ajudado neste processo e que veio ao Entroncamento, também como política, dar-nos o seu apoio, reconhecer o trabalho feito e também dizer-nos o porquê da designação atribuída à “Rotunda” do Museu Nacional Ferroviário. -----

É uma política que assume a defesa de um nome, ao encontro do nome que lhe foi dado, não por mim, não pelo senhor Presidente da Câmara, mas por técnicos, nomeadamente, pelo Presidente da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, que é um homem com cinquenta anos de caminhos-de-ferro, de reconhecido mérito (segundo me parece) entre os ferroviários e, portanto, eu gostaria que, independentemente da designação que nos é mais familiar ou não, aceitássemos como boas as palavras de alguém que, por si, resolveu defender um nome, nomeadamente, na inauguração da Rotunda das Locomotivas do Entroncamento. -----

Dizia o doutor António Ferreira, que a este ritmo o Museu nunca vai estar pronto. Eu diria, não é suposto, e é uma contradição, eu não lhe pretendo dizer que não quero o Museu pronto, mas quero dizer-lhe e penso que todos nós temos essa noção, que hoje em dia, um Museu, pretende-se um Museu vivo, dinâmico e, obviamente, com alguns condicionamentos, que temos, não vamos conseguir ter o Museu pronto rapidamente no sentido físico, mas pretendemos também que aquele espaço, a que chamamos Museu, seja um espaço de vida. Não pela obra física, mas pela vida, pelas dinâmicas que conseguimos encontrar em conjunto com os diversos parceiros, para ter gente, actividade e coisas novas naquele Museu. -----

Relativamente à Estação Ferroviária, o senhor Presidente da Câmara exigiu uma intervenção naquele espaço. Uma exigência que não é nova, mas fê-lo publicamente também, no dia da inauguração da Rotunda do Museu, da Redonda, do nome, mas acima de tudo da obra. ---

É uma preocupação que não é de hoje e é um lamento que é de todos nós e que eu penso que é importante que chegue mais além. Porque de facto, a Estação Ferroviária do

Entroncamento, tem sido abandonada ao longo dos anos por aqueles que teriam a obrigação de olhar para um centro importante, um centro nevrálgico, diria, do transporte ferroviário no país. –

Cabe a cada um de nós e a todos nós, dar o seu contributo também, para uma intervenção que é essencial. -----

Porque não basta dizermos coisas aqui, na Assembleia, e depois os passos não acontecerem nas instâncias que podem ter intervenção, nomeadamente, nas empresas responsáveis, por um lado, no Governo e nas obras de intervenção do Governo Central, por outro. Porque de facto, uma intervenção, como supostamente deve acontecer, não só pela qualificação do espaço, mas acima de tudo pela segurança das pessoas, ela não pode ser feita, não há condições para a fazer, pelo município do Entroncamento! Não pode e por várias razões, inclusive, porque o município não é dono do espaço. -----

Portanto, tem de haver, necessariamente, mais vontades, muito mais vontades, do que apenas as vontades das pessoas do Entroncamento e, é a essas vontades que nós temos também de fazer apelo. -----

Queria ainda fazer referência às **Festas da Cidade**. Não vou dizer bem das Festas da Cidade. Acho que as pessoas acolheram as festas, participaram nas festas, foram às festas e, nesse espaço das festas da cidade e de São João, encontraram algumas coisas novas, que passam pelos investimentos que se prevêem, da responsabilidade do município, no curto prazo. -----

Entre estes investimentos, cabe-me destacar a proposta de intervenção no espaço do Parque do Bonito, que penso que será também uma grande valia para o Entroncamento, nomeadamente ao nível ambiental, mas também de captação de pessoas, de um espaço de lazer e de tempos livres, e portanto, de qualidade de vida para o nosso Município. -----

Por fim, poderíamos falar do Centro de Saúde. -----

Lamentavelmente, é um problema que não é só nosso. -----

Lamentavelmente, a intervenção física no Centro de Saúde ainda não se vê. Não sei quando é que se vai ver, independentemente dos compromissos que já houve para esse fim. ----

Mas aquilo que mais nos preocupa é de facto a inexistência de recursos humanos suficientes para garantir a prestação de cuidados de saúde à população. E, de facto, cada vez mais, é preocupante a possibilidade de, não só não termos três a quatro médicos neste momento, mas deixarmos de ter, a curto prazo, um conjunto de outros médicos que farão muita falta à nossa população. -----

A crescer a isso, ao que sei, não são só médicos. Também não há corpo de enfermeiros suficientes, que pudessem, de algum modo, colmatar, em parte, a falta de médicos. Portanto, já não estamos só a falar em falta de médicos, é um problema do nosso concelho, é um problema do distrito e é um problema também de outros distritos do nosso país, a falta de pessoal médico, e vamos além dos clínicos, vamos também para o pessoal de enfermagem, que não é suficiente, de modo nenhum, para as necessidades da nossa população.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Eu vou referir-me a dois assuntos que foram aqui abordados. -----

Relativamente ao Museu Ferroviário, nós também nos associamos à satisfação, que penso é comum, pela inauguração da Redonda, ou da Rotunda, ou como lhe queiram chamar. ---

Pensamos que foi um importante passo em frente. Ele é fruto do esforço (e para usar a terminologia usada pela doutora Isilda) e das vontades de muita gente ao longo de muitos anos, e penso que terá sido essa convergência de vontade, durante muito tempo, que permitiu que agora fosse dado este importante salto em frente. -----

Acho que a questão do nome do que foi inaugurado – Redonda ou Rotunda – é uma polémica de alcance limitado, mas que não deixa de ser interessante, apesar de tudo. -----

E tem o seu interesse porque, quando falamos do Museu e dizemos e que parece consensual, que o Museu deve ser um lugar vivo, onde nós poderemos encontrar os testemunhos materiais do que é e foi a vivência do caminho-de-ferro, parece que, também ao nível do nome, que faz parte da tradição oral que existe. -----

E quando nós falamos de memórias vivas e de testemunhos, a tradição oral e o hábito, também fazem lei! Como se sabe e temos juristas aqui nesta sala. Portanto, se o uso, se a tradição, impôs o nome de Redonda, parece que seria curial, por respeito dessa tradição oral e dessas vivências ferroviárias, que o nome, no Entroncamento, fosse adoptado! Sem prejuízo evidente do parecer dos eminentes técnicos que acham que aquilo se chama “Rotunda” e, certamente, do ponto de vista técnico assim se chamará! Mas nós não estamos a falar de uma infra-estrutura para uso da ferrovia! Nós estamos a falar de um testemunho museológico! De um Museu. E um Museu mexe, não só com aspectos físicos, mas com afectos, com memórias, com sentimentos. E, como aquilo se chama no Entroncamento, não é Rotunda! Desculpem-me os senhores excelentíssimos técnicos, como aquilo se chama no Entroncamento, é Redonda. ----

E portanto, sendo um pequenino sinal (e volto a dizer que tem o valor que tem), é um mau sinal, um mau sentido, se é assim que vai ser tratada a memória dos ferroviários e a memória dos costumes locais. -----

Sobre o investimento que foi ali feito, e volto a dizer, com muito trabalho, muita vontade e muita convergência que foi encontrada, mas também tem a ver, e sem me alongar muito sobre este aspecto, com uma visão para a nossa região que está vertida no Plano Regional de Ordenamento do Território que está em discussão até ao dia quatro de Agosto e que, eu convido os senhores e senhoras deputadas municipais a analisarem, porque eu acho que mereceria uma análise, inclusivamente nesta Assembleia Municipal. -----

Daqui para o futuro, o Museu vai com certeza exigir muitos mais investimentos. Manter um Museu a funcionar exige muito dinheiro e, portanto, todos nós sabemos das dificuldades que têm vivido outros Museus no país. Lembro, por exemplo, o Museu Nacional do Azulejo em Lisboa, há um ano atrás, na capital do país, teve alas fechadas porque o Museu não tinha dinheiro para pagar a vigilantes; o Museu Nacional de Arte Antiga, um dos principais Museus do país, com repositório valiosíssimo, com um acervo valiosíssimo, teve alas fechadas por falta de vigilantes, por falta de dinheiro, por falta de investimentos. E, portanto, como se costuma dizer “quando nós vimos as barbas dos outros a arder é bom que preparemos as nossas”, porque vamos ter que fazer muito pela vida para que aquela infra-estrutura óptima que ali foi inaugurada e outras que esperemos venham a ser acrescentadas àquela, possam ter o aproveitamento que a cidade e o país merecem. -----

Sobre a questão da cobertura do Serviço Nacional de Saúde, os dados que nós temos do número de utentes sem médico de família, apontam para os seis mil (cinco mil novecentos e qualquer coisa). Não são números oficiais, não os posso provar, não tenho aqui as fichas à minha frente para comprovar isso, mas é nossa convicção, muito forte, de que o número andarà à volta disto e que o número que é apontado oficialmente, de quatro mil e poucos, seja um número largamente ultrapassado. Até porque, esse número já é de há dois ou três anos e todas as semanas, todos os dias, se inscrevem novas pessoas no Centro de Saúde. Portanto, o problema é mais grave até do que o quadro que foi traçado já aqui. -----

Sobre a questão da falta de médicos, como sabem, o Bloco de Esquerda tem tido alguma intervenção e não só, mas, temos tido a intervenção que achámos que devíamos ter nesta matéria e tenho ouvido alguns argumentos de que, o Centro de Saúde, mesmo que viessem médicos, não tinha sítio para os colocar. Mas isso não é verdade. Falando com qualquer pessoa do Centro de Saúde, qualquer responsável, sabe perfeitamente que o Centro de Saúde, mesmo com aquelas instalações acanhadas, tem condições para colocar a trabalhar pelo menos mais quatro médicos, sem problemas de maior e, provavelmente, fazendo alguns acertos internos, até se poderia colocar mais um ou outro. -----

Portanto, esse argumento (que por acaso até está expresso na página da Coligação Democrática Unitária do Entroncamento, e que fiquei muito intrigado por o deputado António Ferreira agora não ter levantado, provavelmente terá recolhido mais informação posteriormente), não colhe. -----

Por um lado, faz falta a ampliação do Centro de Saúde, porque isso cria melhores condições de trabalho para os profissionais que lá trabalham, para receberem os utentes. Mas, por outro lado, fazem falta os médicos e, na segunda-feira poderiam apresentar-se mais quatro médicos que, certamente, a senhora Directora do Centro encontraria lugar para os pôr a funcionar. -----

Outra questão. Nós temos contactado, na sequência da proposta que foi feita pelo Vereador Henrique Leal na Câmara Municipal e que não foi acolhida, no sentido da Câmara se dirigir ao Ministério da Saúde, dirigimo-nos nós ao Ministério da Saúde e tivemos um esclarecimento, que tornámos público, de que o Ministério da Saúde, a ARS, mais concretamente, foi o Doutor Branco que nos respondeu, que estaria a ser feito o possível para encontrar novos médicos. Não se alongou mais e, dizer que é o possível, é dizer muito pouco! A bem dizer é não dizer quase nada, porque não sabemos exactamente que esforços é que estão a ser feitos. -----

Ainda esta semana foi noticiado que o Centro de Saúde de Rio Maior encontrou dois médicos para lá colocar. Não sei porque é que foi possível, em Rio Maior, encontrar dois médicos e não é possível no Entroncamento. Portanto, esse aspecto está por esclarecer. -----

A carta que o doutor Branco no enviou há umas semanas atrás, era omissa em alguns esclarecimentos. Nós voltámos a insistir com a ARS para que nos fossem prestados esses esclarecimentos e queremos informar a Assembleia Municipal de que, o doutor Branco, o responsável da ARS, nos confirmou que há os chamados grupos de risco, ou grupos vulneráveis, que não estão a ter o acompanhamento médico devido. Nós perguntámos concretamente se os diabéticos, que são um grupo considerado vulnerável, um grupo de risco, que não têm médico de família, estavam a ter o acompanhamento médico adequado a essa circunstância, e foi-nos confirmado que, de facto, os diabéticos, um grupo vulnerável, à semelhança provavelmente de outros grupos vulneráveis, que não têm médico de família, não estão a ter o acompanhamento médico adequado à vulnerabilidade da sua situação. -----

Portanto, como nós já dissemos noutras instâncias, este é mais um sinal, mais uma prova de que a cobertura do Serviço Nacional de Saúde do Entroncamento é extremamente frágil. Para além daquilo mais evidente que é as pessoas não terem uma consulta ou não terem médico de família, com a qualidade que uma relação com o médico de família proporciona e que nunca é proporcionada por uma consulta no atendimento complementar, existem ainda dimensões, que só a pouco e pouco nos vamos apercebendo, que provam a extrema vulnerabilidade da situação da saúde no Entroncamento. -----

Nós sabemos que de facto a situação não é única. Basta acompanharmos o que diz a comunicação social, por todo o país há falta de médicos, mas toda a gente entenderá que nós queixamo-nos onde nos dói! Certamente, as Assembleias dos outros locais debaterão a situação desses locais, a nós cabe-nos queixar-nos daquilo que nos dói e, é para isso que as pessoas votam e esperam que nós façamos. -----

Portanto, eu penso que os Órgãos Autárquicos do Entroncamento devem continuar a fazer “pressão” e a serem insistentes, no sentido de ser resolvido o problema. Quer o problema das instalações, quer o problema da cobertura de pessoal qualificado, médico, enfermeiros, pessoal do Serviço Nacional de Saúde. -----

Nós, pela nossa parte, continuaremos a fazê-lo e penso que todos os Partidos, todos os Órgãos Autárquicos, deveriam fazer o mesmo.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Os dados que eu tenho são do INE e do próprio Ministério da Saúde, portanto, são de duas fontes. -----

Como eu disse ainda há pouco, nessas fontes a que eu tive acesso, havia em trinta e um de Dezembro de dois mil e sete, cinquenta e quatro mil utentes sem médico de família no distrito. Nesses mesmos dados, estavam quatro mil utentes sem médico de família no Entroncamento. Cerca de quatro mil, quatro mil e qualquer coisa, mas pouco mais de quatro

mil. Portanto, estes indicadores são indicadores fiáveis. São indicadores que o Centro de Saúde fornece ao INE e ao seu Ministério. -----

Portanto, houve alterações a este nível, nós sabemos, através dos órgãos de informação, que houve médicos que se aposentaram em Ourém, em Rio Maior, no Cartaxo, que fez disparar estes números, certamente. -----

Em relação ao Entroncamento, ainda não há alteração a estes dados. Mas, mesmo que houvesse um só doente sem médico, era preocupante. Antes de se reformarem os médicos em Ourém, o Entroncamento era, no distrito, o concelho do Médio Tejo onde havia mais falta de médicos, onde havia mais utentes em lista de espera. O que é preocupante. -----

Os dados que estão no INE, já há anos sucessivos, são demonstrativos daquilo que se passa no Entroncamento e não foram alterados a esse nível. Em termos de cobertura, do número de doentes, ou seja, em termos dos doentes que vão pelo menos uma vez ao médico, em termos das crianças que vão pelo menos uma vez por ano ao médico, os indicadores são dos piores do distrito. -----

Eu conheço minimamente os nossos médicos e sei que não é por culpa deles, pois temos dos melhores médicos a nível do distrito. Não é por má formação ou por eles não serem bons médicos, mas tem a ver com a disponibilidade dos espaços para atender os doentes. -----

Se não for feito nada em termos do alargamento do Centro de Saúde, nós podemos estar aqui a pedir mais quatro médicos, mas não há onde eles possam fazer as consultas! E não é só espaço para os médicos! É espaço para os médicos e para os enfermeiros. -----

Aquilo que se passa no Centro de Saúde, não é só o acto dos médicos, é o acto dos enfermeiros, é o acto dos administrativos; do enfermeiro que segue a par e passo os doentes com doenças crónicas! E tudo isto passa pelo alargamento. -----

Aquilo que eu disse ainda há pouco, também é verdade! Se começarem a reformar-se estes médicos, não faz sentido para o Entroncamento se não tivermos médicos! Eu concordo que também há falta de enfermeiros, mas estes é uma coisa fácil, é ir busca-los onde eles estão, pois eles estão formados e só necessitam de um sítio para trabalhar. Quanto aos médicos, não! Não há médicos formados! Não há médicos de Saúde Familiar!” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “A situação é realmente mais grave do que aqui foi anunciada. Porque o escalão etário da maioria dos médicos que temos está quase todo à beira da reforma! Que médicos se prevê que se formem ainda este ano? Se nós não encarmos a substituição desses médicos em prol da saúde desta comunidade, o futuro é negro! Porque este ano vai sair mais um médico que, provavelmente, trabalhará até ao final deste ano, e esse médico tem há volta de duas mil pessoas. -----

Na saúde tem que se prever os problemas.” -----

Pedi a palavra **Pato das Neves**: “Sobre os médicos acho que já foi tudo dito. Eu recordo só que, tanto o doutor Mora Leitão enquanto membro da Assembleia Municipal e eu também como membro desta Assembleia, claro que estamos cientes disso, o doutor porque era director do Centro de Saúde e eu porque estava e estou casado com uma médica. Portanto, sabia perfeitamente que isto era inevitável. -----

O *lobby* muito grande da Ordem dos Médicos impediu a formação atempada de médicos e isto traduz-se numa situação muito difícil. Além disso, os médicos que hoje estão a ser formados, tendencialmente hoje, preferem os Centros Hospitalares, do que os Centros de Saúde. São mais bem remunerados, é mais aliciante, não têm contactos diários com os utentes, que nem sempre é agradável e, portanto, na minha opinião, a situação tem tendência a agravar-se de forma muito, muito grave. -----

Tudo isto é culpa dos sucessivos governos, não só do Partido Socialista mas também do Partido Social Democrata, de todos os governos que passaram, que limitaram a entrada de médicos para a universidade. -----

Mas este assunto já foi aqui debatido e as pessoas que falaram antes de mim já disseram tudo aquilo que tinham a dizer. -----

Sobre o Edifício da Redonda, o meu colega Carlos Matias já disse aquilo que também me parece que é. Se aquilo se trata de um edifício ferroviário e se pretende ser também uma homenagem aos ferroviários, deveria chamar-se “Redonda”. -----

Eu quero esclarecer a doutora Isilda do seguinte: O engenheiro Carlos Frazão é meu amigo, tem uma carreira ferroviária de cinquenta anos e eu tenho de quarenta e dois! Só que há uma diferença, o engenheiro Frazão trabalhou sempre com comboios eléctricos na linha do Estoril, eu trabalhei com vapor, e sei perfeitamente como aquilo se chama. E sei também que até agora, ainda ninguém me foi capaz de provar que aquilo se chamava Rotunda! Até porque aquilo tinha dois nomes, ou Redonda, ou Diária. Eram estes os dois nomes porque aquilo era conhecido. -----

Também queria dizer que, a engenheira Ana Paula Vitorino, no dia em que veio cá lançar a primeira pedra da Redonda, referiu-se àquilo por Redonda. Aquilo é tão antigo que foi feito numa altura em que ainda nem havia rotundas! E eu continuo a chamar àquilo de Redonda.

Já agora, sugeria que no léxico camarário, quando se referirem às questões referentes aos ferroviários, ao “Bau” passem a chamar “a mala desenhada por Louís Viton”; ao Armazém de Víveres passem a chamar “Shopping Center dos Ferroviários”; à marmita que eles ligavam ao vapor, passe a ser chamada de “processador de cozinha”, etc. De facto, as palavras usadas por ferroviários não têm nível nenhum e, portanto, temos que dar uma certa dignidade e é melhor mudarmos este léxico. -----

Sobre a Estação dos caminhos-de-ferro, estou de acordo. Aliás, estamos todos de acordo. É transversal a todos os Partidos aqui. -----

Agora sobre o jardim em frente à Estação, eu penso que o jardim foi há pouco tempo intervencionado! E, no outro dia fui estacionar ali o carro e fiquei admirado, pois o jardim estava vedado outra vez! Eu queria saber o que é que se passa. Gastou-se dinheiro há três ou quatro anos, está-se a gastar agora. Gostaria de saber exactamente o que é que se passa. -----

Gostaria também de ser esclarecido no seguinte: -----

A bancada do Partido Socialista pediu a relação dos telemóveis e fiquei agradavelmente satisfeito com a informação positiva. Mas, esta é uma Câmara original e eu gostava de saber porque é que não foram atribuídos telemóveis aos vereadores da oposição? E mais, havia um vereador da oposição que já tinha um telemóvel e este foi-lhe retirado! O que ainda é mais grave. -----

Eu sei que os vereadores não precisam nada do telemóvel, mas porque é que a eles não foram distribuídos telemóveis? Não é um documento de trabalho? Os vereadores da oposição não pertencem à equipa de trabalho do executivo? O senhor Presidente da Câmara não tem dito várias vezes que o telemóvel é um instrumento de trabalho? Eu nem quero acreditar que seja uma atitude revanchista! Eu não quero acreditar.” -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “Apenas uma nota final, pois eu acho que hoje, este período de antes da ordem do dia, foi interessantíssimo. -----

Eu vou continuar a chamar Redonda àquilo, porque eu sou do tempo em que a Redonda foi abaixo, sou ferroviário e aquilo para mim vai ser a Redonda até ao fim da vida. ---

Ainda relativamente ao Museu, e ao termo que foi aqui utilizado algumas vezes – o Museu vivo. Eu ainda tenho uma certa esperança de não ir para debaixo da terra sem ver as locomotivas e automotoras, que estão naquela Redonda, saírem uma vez ou outra para fazerem uma viagem à linha. Porque eu considero que aquele material vai ser conservado quando ele circular, quando ele andar e não guardado numa garagem. -----

Aqui há dois ou três anos comprei um automóvel antigo que estava fechado numa garagem há catorze anos e, agora é que ele é vivo e é assim que se vai conservando muitos anos.

Tenho ainda um outro sonho que espero se concretize, que é ver, nem que seja pequena, uma oficina com antigos ferroviários a fazerem a manutenção daquele material. -----

São dois sonhos que eu tenho e que gostava de os ver concretizados. -----

Já agora, ainda sobre a segurança daquela Estação, devo dizer que aquela Estação me incomoda, não pelo aspecto, nem tudo o resto, mas pela segurança. É uma Estação insegura para os dias de hoje. Ela sempre foi insegura, mas nos dias de hoje, é extremamente insegura. -----

Portanto, a segurança daquele espaço está hoje um pouco à mercê da atenção que ali exercem alguns agentes que são destacados diariamente para estar nas plataformas à passagem dos comboios. Porque todos nós sabemos que há muita gente ali distraída e se eles ali não estivessem a parar as pessoas, de vez em quando havia uma *mortezinha* como havia antigamente. -----

De facto, o município não é dono daquele espaço, já foi dito e é verdade. Eu tenho a certeza que o município tem feito alguma pressão para que aquele espaço seja adequado à época em que vivemos e aos comboios que lá circulam e, o que eu quero fazer é um apelo. -----

Eu estou convicto que essa pressão vai ser reforçada, mas é um apelo para o reforço dessa pressão sobre as entidades que têm competência para de facto cuidarem desta Estação. Eu estou aqui há trinta anos no Entroncamento, ouço dizer há vinte anos que aquela Estação vai ser uma Estação diferente, já vimos umas quantas maquetas e projectos e ela ainda é a Estação de há trinta anos atrás, quando eu para cá vim.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu queria só pegar na boa disposição do engenheiro Pato das Neves, quando há pouco se referia à terminologia de várias peças do Museu, de vários objectos que podemos designar de formas diferentes e queria lembrar que, o nome, não é um nome atribuído por nenhum de nós. E não é um “cavalo de batalha” de nenhum de nós. Muito menos do senhor Presidente da Câmara. -----

Temos presente que, e na própria informação que nos foi distribuída, o projecto inicial da Redonda, ou Rotunda, foi chamado por: «da Redonda». Isto é, a terminologia que a Câmara usou, não foi para colidir com ninguém e foi apresentado o projecto da obra com o nome que, para nós, era o nome normal. -----

Agora, o que era importante, era que, em torno deste pequeno pormenor, não se fizesse um “cavalo de batalha” em que se procurasse achincalhar algumas pessoas, em que se procurasse denegrir e minimizar aquilo que é a obra, por questões pessoais. -----

Era isto que eu gostava de deixar aqui.” -----

Interveio **Pato das Neves**: “Quero esclarecer que congratulo-me que a obra tenha sido feita e até acho que a obra está muito boa. Portanto, não minimizei, nunca o fiz, nunca foi escrito, nem nunca foi aqui falado isso. -----

Eu sempre me debati e debato, e como diz o engenheiro Mário Eugénio, até ao fim, que aquilo é o Edifício da Redonda. Não acredito e não me venha com essa história outra vez do meu amigo engenheiro Carlos Frazão ter cinquenta anos de ferroviário! Ele tem cinquenta e eu tenho quarenta e dois!” -----

Pedi a palavra **Célia Agostinho**: “Queria falar sobre dois assuntos e um deles prende-se com a Câmara, pois penso que será também das competências da Câmara. -----

Nota-se que no caso da EDP, a iluminação pública nem sempre é a mais cuidada. Há postes de iluminação que estão com lâmpadas fundidas durante meses em certos pontos da cidade. -----

Gostava que a Câmara alertasse a EDP sobre a fiscalização que faz sobre a mudança de lâmpadas em alguns pontos da cidade. -----

No caso da Assembleia Municipal, queria pedir ao senhor Presidente, pois sei que recebeu o relatório que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Entroncamento enviou para a Assembleia Municipal e, também já estou nesta Assembleia há uns anos e nunca tive conhecimento que desse relatório fosse dado conhecimento aos Partidos. -----

Gostaria que este ano, fosse dado conhecimento do relatório que foi enviado, até para que, neste caso, os Partidos tivessem a noção do trabalho que é feito por essa Comissão e tivessem a noção das situações que são apresentadas, algumas pela Comissão.” -----

Fez uso da palavra **Rui Gonçalves**: “Eu fico extremamente magoado com essas afirmações e vou-lhe explicar porquê. -----

Todos os documentos que chegam àquela Assembleia Municipal são para consulta dos Membros. Nunca se escondeu nenhum documento naquela Assembleia Municipal e os documentos estão lá para consulta. Agora, as pessoas, se calhar, têm de se deslocar à Assembleia para consultarem os documentos. -----

Aliás, nas reuniões da Comissão Permanente, quando nós fazemos a análise à correspondência, esse material está lá todo! A senhora deputada se calhar não esteve lá, esteve outro Membro do seu Partido na altura em que foram apresentados os relatórios anteriores. Tenho pena que assim seja, que as pessoas não falem entre si e não tenham conhecimento das situações.” -----

Voltou a pedir a palavra **Célia Agostinha**: “Penso que, se calhar, esse seria um dos documentos que deveria ser dado conhecimento à Assembleia, a todos os seus Membros, para terem conhecimento do trabalho que é feito por uma Comissão do concelho.” -----

Esgotado o tempo para o período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia** passou ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo ninguém do público que quisesse intervir, o **Presidente da Assembleia** entrou nos assuntos da Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO 2008” -----

Foi dada a palavra a **Mesquita Domingues**: “Não concordamos com a proposta agora apresentada. -----

Na última reunião, analisámos as contas de gerência do ano de dois mil e sete. -----

Verificámos, na altura, que a dotação das despesas correntes previstas foram aumentadas ao longo do ano. Contudo, verificou-se que o valor da despesa não atingiu sequer o valor inicialmente previsto. -----

Pensamos que será mais correcto fazer o reforço de algumas rubricas, no momento em que tal se verifique ser necessário. -----

Neste momento, parece-nos que seria mais vantajoso afectar verbas disponíveis para despesas de capital. -----

Ao analisarmos a informação do senhor Presidente, verificamos que as receitas correntes até agora cobradas, excedem as cobradas em igual período do ano de dois mil e sete, ano em que as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes. -----

Será pois de esperar que durante o ano corrente a situação se repita, pelo que, como já anteriormente referimos, esta verba de um milhão setecentos e trinta e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco euros, deveria destinar-se a custear investimentos. -----

Face ao exposto, iremos votar contra esta proposta.” -----

Foi dada a palavra a **Luís Grácio**: “Pouco há a dizer sobre isto. Nós, já na apresentação do Orçamento, apontámos aquilo que considerávamos ser um orçamento virado para a despesa e achamos que esta integração do saldo de gerência do exercício anterior acaba por acentuar essa orientação. -----

Portanto, o que nós verificamos é que o grosso do saldo vai ser encaminhado para despesas correntes, quando, eventualmente, o mais correcto seria encaminha-lo para despesas de investimento de capital e, portanto, por esse motivo, nós vamos votar contra.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “É uma revisão que já estava prevista aquando da aprovação do Orçamento de dois mil e oito. Portanto, quando nós aprovámos o Orçamento de dois mil e oito, quem esteve atento à dotação das rubricas, tinha a noção de que isto iria acontecer. -----

Só um exemplo, na questão da água, estavam previstas receitas no valor de oitocentos mil euros e pagamentos de água no valor de quatrocentos mil euros. Ou seja, a Câmara não tem cem por cento de margem na venda deste produto. E com os salários é a mesma coisa, nós sabemos exactamente quais são os salários que vão ser gastos no ano a seguir! Só se, excepcionalmente, a Câmara admitir uma série de funcionários! Penso que não foi isso que aconteceu. E portanto, era uma situação previsível. -----

Aquilo que a Câmara fez é simplesmente isto: Atendendo já a uma noção que havia em Setembro, de que havia um resultado positivo e atendendo a que a Lei não permite que haja muitas despesas correntes em determinadas rubricas, a Câmara diminuiu despesas correntes numas rubricas, para aumentar noutras, naquilo onde podia. Nesta altura do ano, depois da aprovação das contas de dois mil e sete, transfere o saldo para o exercício corrente e resolve o problema desta forma. -----

Não concordo minimamente com aquilo que foi dito pelos vereadores da oposição na Câmara Municipal, nomeadamente aquela do Bloco de Esquerda de que havia um despesismo. Não é uma questão de despesismo aqui, é uma questão de falta de rigor orçamental. Ou por imposições da Lei, ou por hábitos que se foram adquirindo ao longo dos anos. Portanto, trata-se de um ajuste. -----

E é evidente que isto tem a ver depois com outras coisas que, na análise dos dados que foram apresentados pelo senhor Presidente, eu depois me referirei.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente a esta proposta que o Partido Social Democrata vai aprovar, eu queria apenas fazer uma referência especial. -----

De facto, vamos cumprir uma formalidade, que é a transferência de saldo. Vamos integrar esta transferência de saldo para despesas que são necessárias, digamos, dívidas ou encargos a saldar. -----

Mas, congratulo-me com uma listagem da DGAL que nos dá informação de que, para aí na quinta página de uma imensa lista em que, no princípio diz que o prazo médio de pagamento registado por município no final do quarto trimestre de dois mil e sete, num concelho que não vou referir, é de mil cento e cinquenta e quatro dias, depois, aí em Santarém ou Cartaxo, é de trezentos e muitos, acima de trezentos e cinquenta dias e, no Entroncamento, o prazo médio de pagamento é de sessenta e três dias. -----

Obviamente, para se conseguir isto, às vezes têm de se fazer algumas coisas, nomeadamente, incorporar verbas para despesas correntes. Mas também, se nós apresentássemos esta proposta aqui para outro tipo de investimento, iriam dizer-nos que iríamos incorporar a verba porque era ano de eleições e, portanto, era para as eleições e não era para acorrer às necessidades e, nomeadamente, ao pagamento a fornecedores, num momento crítico da vida económica do país e em que tanta gente está com tantas dificuldades.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Só para acrescentar àquilo que foi dito pela doutora Isilda Aguincha em relação a esta questão, eu acho que são importantes estes dados que deu em relação ao pagamento das dívidas das diversas Autarquias. E é importante porque reflectem um pouco da saúde financeira das Autarquias. -----

De facto, há autarquias onde os prazos de pagamento a fornecedores são extremamente alargados. O nosso concelho não está muito mal, leva em média dois meses a fazer o pagamento aos fornecedores, e há concelhos, como é o caso de Benavente, que leva cerca de duas semanas e o concelho de Constância, cerca de uma semana a pagar a fornecedores. -----

Mas considero que o nosso concelho está acima da média e tem um bom desempenho nesta área. O que é importante, não só para nós, como para quem fornece ao município.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um da Ordem dos Trabalhos, **1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2008**, foi **aprovado por maioria com doze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, onze votos contra, sendo, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“APRECIACÃO DAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CONCELHO DO DECRETO-LEI N.º 58/2008, DE 26 DE MARÇO (CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR CAMINHO DE FERRO)” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Este ponto dois tem uma Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre as consequências para o Concelho do Decreto-Lei que regula a realização e utilização do transporte de passageiros por caminho-de-ferro.” -----

MOÇÃO -----

«1. O Decreto-Lei 58/2008, de 26 de Março, estabelece as condições para a realização e utilização do transporte ferroviário de passageiros. -----

Muito a propósito, o diploma cita a Lei de Bases dos Transportes Terrestres, ao definir o “transporte ferroviário como um serviço essencial ao bem-estar da população” e sublinha “a natureza de interesse geral do serviço do transporte ferroviário”. -----

Em particular, aos serviços ferroviários regionais e inter-regionais é cometida a função de “dar resposta às necessidades de uma região, assegurando as ligações aos centros urbanos e a complementaridade nos serviços de longo curso.” -----

2. A coesão económica e social, bem como o direito genérico à mobilidade --- entendido como moderna aquisição democrática --- não é compaginável com a instituição, em concreto, de alguns serviços ferroviários públicos controlados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), enquanto outros apenas se submeterão às leis da concorrência. Os primeiros, integrando os transportes leis da concorrência. Os primeiros, integrando os transportes os restantes serviços ferroviários. -----

3. No entanto, é isso mesmo que acontecerá com a plena ferroviários urbanos e suburbanos; os segundos, integrando a entrada em vigor do mencionado Dec-Lei 58/2008, após a fase transitória fixada no próprio diploma. -----

No caso dos transportes ferroviários urbanos e suburbanos, quer o tarifário, quer a criação e extinção de composições, estarão sempre dependentes da aprovação do IMTT. Introduce-se assim algum controlo público sobre a quantidade, qualidade e preço desse serviço de transporte ferroviário prestado pelos operadores. -----

4. Já quanto aos restantes serviços --- como os serviços regionais, inter-regionais e de longo curso ---, os operadores poderão introduzir as alterações que entenderem, relativamente aos mesmos itens. Bastar-lhes-á uma comunicação prévia ao IMTT e uma vaga obediência a “princípios gerais de transparência” e às “regras gerais da concorrência”. -----

5. De facto, os operadores ferroviários ficarão dispensados de prestar um serviço público às regiões. -----

Na prática, quando acabar a fase transitória, a nossa região e o nosso concelho, a quem há pouco tempo foi recusado o serviço ferroviário suburbano, deixarão de ter serviço público de transporte ferroviário. -----

Nessa altura, a quantidade, a qualidade e o preço dos serviços ferroviários ficarão unicamente à mercê da lei da concorrência. No limite, dentro da lei e se o “negócio não der”, o operador poderá, pura e simplesmente, comunicar ao IMTT que não efectua mais o transporte ferroviário. -----

6. Para o Entroncamento, a situação poderá vir a ser particularmente gravosa. O concelho teve a sua génese e assenta muito do seu desenvolvimento na boa acessibilidade ao serviço de

transporte ferroviário, colocando-se em causa o seu futuro, caso esse serviço vier a ficar comprometido. -----

Não sendo revogadas as disposições que atingem o serviço público ferroviário, está de pé uma séria ameaça ao nosso concelho, à região e ao país. -----

7. Ponderadas todas estas razões, em defesa do progresso sustentado da cidade, a Assembleia Municipal do Entroncamento: -----

- Manifesta a sua discordância pelas disposições constantes do Dec-Lei 58/2008, de 26 de Março que reduzem o controlo público sobre a prestação do serviço ferroviário não urbano ou não suburbano, criando uma diferenciação inaceitável; -----

- Pronuncia-se pela necessidade de revogar essas disposições que desqualificam o serviço público ferroviário prestado ao concelho do Entroncamento; -----

- Defende a manutenção da oferta pública de serviço ferroviário, em quantidade, qualidade e preço, como factor de coesão económica e social da região e do país. -----

Caso seja aprovada, esta Moção será enviada ao Ministério das Obras Públicas dos Transportes e Comunicações, ao Governo Civil de Santarém, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, às Câmaras e Assembleias Municipais do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, à Associação Nacional de Municípios e à Comunicação Social.» -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “O Diploma foi distribuído por todas as bancadas, assim como a Moção que nós propomos. Não com a antecedência que era nossa intenção, mas que julgo foi suficiente para que pudessem tomar conhecimento e, portanto, creio ser claro o motivo por que o Bloco de Esquerda propôs a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos. ----

Certamente terão lido o Decreto-Lei 58/2008 que estamos a apreciar, ele cria as condições legais para que o serviço público ferroviário que serve a nossa cidade seja desqualificado. -----

É isso que efectivamente poderá acontecer ao colocar o serviço público ferroviário que não seja urbano ou suburbano, unicamente à mercê das leis da concorrência. -----

Como não temos acesso a esse tipo de serviços ferroviários – só ao regional, inter-regional e de longo curso – quando passar a fase transitória de cinco anos fixado no diploma, o operador, que nessa altura sirva o Entroncamento, fará o que muito bem entender, quanto à quantidade, à qualidade e ao preço do serviço ferroviário. -----

Legalmente, não haverá então qualquer controlo público que o possa impedir, já que ao Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres – IMTT – apenas, nessa altura, é cometida a função de “tomar conhecimento”. -----

Isso é inaceitável, sabendo-se como o serviço público ferroviário é um factor estruturante do desenvolvimento e da coesão territorial do país e, no caso do nosso concelho, como todos sabemos, é absolutamente essencial ao desenvolvimento do Entroncamento. ----

O Estado, em nossa opinião, os Poderes Públicos, o Governo, não tem direito de abdicar da soberania sobre a prestação de serviços que considera (e bem) como serviços essenciais, caso do serviço ferroviário de passageiros. -----

E é sobre isso que propomos que esta Assembleia se pronuncie. -----

Mas, há mais alguns aspectos para além do que está constante na Moção, que gostaríamos de acrescentar em abono do texto que apresentamos. -----

O primeiro é o da absoluta vacuidade do argumento usado para permitir ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres só controlar o serviço público ferroviário urbano e suburbano (e só estes) de um modo apertado, sendo que neste caso, é necessária a sua autorização para os operadores alterarem o regime e o preço dos serviços. -----

Diz-se que é para equiparar ao modo rodoviário. Para não haver diferenças. -----

Para já, a ferrovia não é a rodovia. E portanto, não se pode comparar o que é incomparável (a não ser, o facto de transportar pessoas). -----

Em segundo lugar, se se reconhece a ferrovia como essencial, e isso é dito inclusivamente no preâmbulo do Diploma (toda ela), então tem de haver um controlo público sobre toda a ferrovia. Como é óbvio. -----

Depois deste Diploma ter sido publicado, em vinte e seis de Março deste ano, e na sequência da recente paralisação dos camionistas, veio o Primeiro Ministro dizer que havia aprendido e descoberto a fragilidade do Estado, quando está muito dependente de um único modo de transporte. No caso em apreço por ele, a rodovia. -----

O senhor Primeiro Ministro aprendeu tarde, mas aprendeu bem. Tire então todas as consequências reconhecendo a todo o transporte ferroviário a valia estratégica que ele efectivamente tem. E, portanto, não abdique do controlo do serviço público ferroviário regional, inter-regional e de longa distância. -----

Aliás, também nos aspectos económicos e ambientais, a ferrovia ganha ao modo rodoviário, factores mais evidentes no momento em que os combustíveis derivados de petróleo atingem os seus preços mais elevados de sempre. -----

Portanto, também por essas razões, deverá haver por parte do Estado Central, dos governos, políticas activas da sua promoção e não, como é o caso, atitudes de demissão do seu incentivo. -----

Finalmente, a aprovação deste Decreto-Lei com as consequências que poderá vir a ter para o nosso concelho, para a região e para o país, não pode deixar de ser relacionado com a apatia da administração da Refer (uma empresa pública tutelada pelo governo) relativamente à estação ferroviária do Entroncamento, no que se refere à sua modernização. -----

A crer na Comunicação Social, e cito o que li, o senhor Presidente da Câmara já terá sido ludibriado várias vezes no que toca a promessas de modernização da estação (foi o tema usado para um jornal). Nada que o colectivo da Câmara e a própria Assembleia Municipal conheçam, pois temos sido cuidadosamente poupados aos ludíbrios, histórias de que apenas vamos tendo conhecimento pelos jornais. -----

Agora, certo, certo, é que a Estação da CP do Entroncamento é anacrónica aos tempos que correm e com o movimento de passageiros que tem. -----

Certo, certo, é que mesmo ao lado das vias-férreas está, há anos, um terreno baldio, resultado da demolição de habitações, sem que a Refer lhe dê préstimo e apresentação condignos. -----

Tudo somado, o resultado é inevitável, é a prova de que a Refer quer saber pouco do Entroncamento. -----

Agora, ainda por cima, com este Decreto-Lei, o governo dá à CP um sinal contrário do que deveria dar: diz-lhe que também ele quer saber pouco do serviço ferroviário que presta à nossa cidade e ao país, que não seja Lisboa e Porto. Pelos vistos, não passamos de paisagem. ---

Que o Governo quase só nos ligue na hora de cobrar impostos ou de nos mandar a ASAE, é coisa que só surpreenderá quem ainda alimenta boas expectativas sobre este governo, o que, como sabem, não é o nosso caso. Mas que, perante tamanho desprezo para com o Entroncamento, nós nos fiquemos (nós, Assembleia Municipal), isso já seria cumplicidade que – espero – aqui venha a ser recusada por unanimidade.” -----

Pedi a palavra **Rosa Pedro**: “Em relação a esta moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o Decreto-Lei 58/2008, penso que este Decreto-Lei deverá preparar, na perspectiva da regulamentação do transporte ferroviário no futuro, o aparecimento dos futuros operadores, quando poderem ser concessionados operadores que apareçam no transporte, nomeadamente de longo curso, regional e inter-regional. -----

Às razões que são apresentadas, eu penso que não teremos nada contra a que haja determinado tipo de serviços, nomeadamente, o longo curso, o regional e o Inter-regional venham a ser distribuídos a entidades que, digamos, a prazo, sejam economicamente sustentadas. No entanto, nós estamos perante uma realidade e é algo com que temos de conviver. -----

Temos a situação da necessidade de mobilidade das pessoas, no caso do Entroncamento e de muitas pessoas que se deslocam das zonas limítrofes, como Tomar, Abrantes, Alferrarede e todas estas zonas que têm de passar pelo Entroncamento e que tem duas situações – uma é o local onde conseguem ter a sua habitação e a outra é o local para onde se têm de deslocar para ganhar o seu dia-a-dia. Então, nós teremos sempre muita gente a ter de se deslocar para centros como Lisboa. -----

Neste Decreto-Lei, não sei se por falha de quem o concebeu, ou já de forma deliberada, diz, a certo ponto «que o serviço regional e inter-regional será um complemento do serviço de longo curso». Ora, o serviço regional e inter-regional, até por motivo de material circulante, com o que aqui está afectado, deveria ser como elemento factor de pivot entre o serviço de longo curso e também como complemento ao serviço urbano e suburbano. -----

Portanto, dá-me a sensação que, se de hoje para amanhã se quisesse extinguir o serviço suburbano no Entroncamento, não sei até que ponto isso não iria penalizar, não se iria traduzir, ou seja, o abaixamento do nível de prestação de serviços no Entroncamento, do regional, inter-regional e até de longo curso, com a vinda do suburbano até aqui. Acho que isto poderá ser para eles uma faca de dois gumes, que se poderá traduzir, eventualmente, devido a limitações de outra estrutura, a aumentos de tempo de percurso. E penso que não é isto que se pretende. Uma das necessidades das pessoas que têm de se deslocar (e têm esse direito) é que demorem o tempo minimamente necessário e compatível com a relação das suas vidas. E há outro aspecto aqui, que é o preço daquele transporte. -----

Nesta perspectiva, penso que é um pormenor importante e, em relação a esta moção do Bloco de Esquerda, na sua generalidade, nada tenho contra, embora talvez se deva refutar aqui o aspecto do tarifário. Que, aliás, penso que todos tiveram acesso a uma moção que foi aprovada na Comunidade Urbana do Médio Tejo, onde foca, em determinado ponto, exactamente a questão do tarifário. -----

Ou seja, coexistindo a passar pelo Entroncamento os diversos tipos de transporte, os aspectos fundamentais que pretende, é que se garantam, através da alteração do Decreto-Lei, ou como aditamento legislativo (penso que haverá formas liberais de o fazer), que seja consagrado, efectivamente, a questão tarifária. Ou seja, que não haja aqui uma discriminação (neste momento até pelos números apresentados), como é actualmente o problema do Entroncamento ser penalizado pelo facto de ficar a mais de cinquenta quilómetros de Lisboa. É citado até o caso de Vendas Novas, onde, por exemplo, o serviço de longo curso até Vendas Novas presta um serviço como apoio suburbano. Com certeza, os serviços têm de coexistir com a sua vocação própria e as condições em que têm de operar. -----

De qualquer modo, penso que se deve ter em conta as questões, que são reais, e que, neste caso do Entroncamento, como até talvez outras zonas do país, que estão relativamente perto de várias áreas urbanas, este aspecto deverá ser tido em conta. Ou através de alteração da legislação, ou como complemento à mesma. Penso que é um pormenor que é fundamental no tratamento e abordagem desta questão.” -----

Pedi a palavra **Pato das Neves**: “A bancada do Partido Socialista concorda com a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. E concorda porque nós achamos que, como disse o meu colega Rosa Pedro, isto pode ser potencialmente perigoso para o Entroncamento. -----

O facto de ser um Decreto-Lei emanado do nosso Governo, a bancada do Partido Socialista, ao contrário de outras bancadas, não é seguidista, tem a sua própria opinião. -----

Iremos votar a moção favoravelmente. -----

Mas queria apenas discordar, e discordar frontalmente, daquilo que o engenheiro Matias disse sobre o Governo. Nós, pessoalmente, consideramos o Governo do engenheiro Sócrates, um excelente Governo.” -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “Nós queríamos centrar a nossa intervenção, que não vai ser longa, vai ser breve, em duas questões. -----

Primeiro, julgamos que esta moção, que nós também sem dúvidas queremos aprovar, necessita de duas ou três alterações de pormenor. -----

Uma das questões, que eu acho que é um pouco mais do que uma questão de pormenor, é porque, francamente, nós não gostámos quando lemos nesta moção o termo que é aqui utilizado – serviços públicos de primeira e serviços públicos de segunda. Embora eles sejam diferenciados e é isso que se pretende dizer, eu acho que numa moção destas, choca-me um pouco falar em serviços públicos de primeira e serviços públicos de segunda. -----

Portanto, gostaríamos que se pudesse utilizar neste primeiro parágrafo do segundo ponto cinco, em vez de se dizer que *«Manifesta a sua discordância pelas disposições constantes do Dec-Lei 58/2008, de 26 de Março que reduzem o controlo público sobre a prestação do serviço ferroviário não urbano ou não suburbano, criando serviços públicos de primeira e serviços públicos de segunda»* eu diria que bastava escrever aqui *«...criando uma diferenciação inaceitável»*. -----

No parágrafo seguinte, embora seja uma questão de pormenor, acho que este segundo parágrafo da proposta, que diz: *«pronuncia-se pela necessidade de revogar essas disposições, que desqualificam o serviço publico ferroviário prestado ao concelho do Entroncamento»*, obviamente que o que nos interessa aqui, como caso particular, é o concelho do Entroncamento, mas também todos os outros concelhos que estão numa posição idêntica à do Entroncamento. Portanto, eu diria que seria *«...aos concelhos não abrangidos pelos serviços urbanos e suburbanos, onde se inclui, obviamente, o concelho do Entroncamento»* Qualquer coisa do género, para não reduzir isto exclusivamente ao concelho do Entroncamento, embora estejamos aqui a defender o concelho do Entroncamento. -----

Depois, uma terceira questão de pormenor, e esta é mesmo uma questão de pormenor, é porque o engenheiro Matias foi curioso, porque nas intervenções que nós tivemos, tivemos o cuidado de referir aqui duas ou três vezes isso e achamos que foi um lapso, talvez nem seja um lapso, mas está um pouco confuso o quarto ponto. Mas não é nada chocante. É assim: *«já quanto aos restantes serviços – como os serviços regionais e inter-regionais ...»* Isto são sugestões que nós vamos dar e vamos também fazer uma defesa muito breve desta moção, porque ela merece ser defendida. -----

E vou começar pelo que foi dito há pouco pelo engenheiro Rosa Pedro e depois pelo engenheiro Pato das Neves, mas que o engenheiro Rosa Pedro utilizou um termo que eu acho que é interessante, que é, o serviço regional e inter-regional como suplemento dos serviços de longo curso. Isto é uma verdade. E devia ser! Claramente, na situação actual, já não é! Os regionais e inter-regionais que nós temos hoje para Lisboa, são quase um serviço essencial para quem mora no Entroncamento. O serviço de longo curso, quase cá não pára e quando pára, é caro. Portanto, as pessoas têm de andar nos regionais e nos inter-regionais! De francamente má qualidade. É inadmissível. -----

Eu viajo todos os dias no regional e no inter-regional e quando viajo no inter-cidades pago mais quatro euros por viagem, portanto, no fim do dia pago oito euros e, como eu trabalho todos os dias em Lisboa, se eu quiser andar de inter-cidades e inter-regionais, lá vão cento e sessenta euros por mês. Mas pronto, a questão é esta e eu quero dizer-vos que, ao fim do dia, de facto, eu quase não tenho paciência para vir no regional e viajo quase sempre no inter-cidades ao final da tarde, mas de manhã vou no inter-regional. -----

Portanto, o inter-regional em que eu viajo hoje, que sai do Entroncamento à oito horas e quatro minutos, chega a Lisboa à nove horas e cinquenta minutos. Ou seja, eu levo quase duas horas para viajar hoje do Entroncamento a Lisboa e, à vinte e cinco anos atrás, quando também trabalhei em Lisboa, eu levava pouco mais de uma hora para chegar a Lisboa! Portanto, está-se a caminhar, cada vez mais, para a degradação dos serviços regionais e inter-regionais. -----

Este Decreto-Lei é mais uma porta, eu diria um portão – já houve portas que abriram a degradação do serviço e já há portas no sentido da privatização dos sectores mais rentáveis da CP. Este é mais um portão aberto. -----

Gostaria ainda de referir um segundo ponto que me parece que é o mais importante desta moção. -----

Esta moção centra-se, no meu ponto de vista, no número dois do artigo décimo oitavo, que refere que «os preços praticados pelo operador devem tendencialmente assegurar proveitos que permitam a cobertura dos custos de exploração, níveis adequados de remuneração do capital investido, etc.» e portanto, isto faz com que se tornem pouco atractivos os serviços regionais! Já estão abandonados, como eu já vos disse, aliás, alguns já estão mesmo abandonados! Há zonas do Alentejo perfeitamente abandonadas. Enfim, a quantidade de serviço tem sido abandonada ao longo do país. -----

E portanto, aqui está mais uma porta aberta, o tal portão que eu falo, para serem abandonadas cada vez mais as regiões do país. E este Decreto-Lei permite acentuar o abandono a que têm sido votados serviços regionais e inter-regionais. -----

Na prática, nós consideramos que este Decreto-Lei liquida o transporte ferroviário como serviço público, em grande parte do país. Há zonas do país onde, o transporte ferroviário como serviço público, vai desaparecer. -----

Por último, gostaria de fazer uma nota final, comparando o que é o conteúdo deste Decreto-Lei, as preocupações que este Decreto-Lei tem, com o que se fala hoje sobre a alta velocidade. Isto falando ao nível dos custos, das preocupações de custos que tem aquele, direi, projecto de alta velocidade e os nossos pobrezinhos serviços regionais, acho que também demonstram que, a alta velocidade está a ser projectada, julgo eu com pés e cabeça e isto aqui demonstra uma ausência de planificação, de investimentos no que se refere ao convencional. Ou seja, o transporte convencional vai ser cada vez mais abandonado em detrimento da alta velocidade. -----

Como nota final, eu julgo que este Decreto-Lei que aqui está, também vai contribuir para o aumento da factura decorrente das questões ambientais. Já foi aqui referido e eu não vou insistir mais, vou só dar uma nota final sobre questões ambientais que vão ser agravadas através deste Decreto-Lei.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Gostaria de chamar a atenção para o facto de nesta moção, existirem dois pontos número cinco. Certamente este cinco será um sete. -

E há aqui outro lapso que deverá ser corrigido, caso esta moção seja aprovada e seja enviada a estas entidades indicadas no final da moção. -----

Na segunda página, no ponto seis, quinta linha, onde fala em serviço público, que não é a mesma coisa que serviço público. Temos que proceder à alteração deste lapso.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Agradeço as intervenções que foram dadas que vão no sentido de enriquecer este debate, que acho foram bastante interessantes os contributos que foram dados. -----

É evidente que nós acolhemos as propostas de alteração que o engenheiro Mário Eugénio sugeriu. Eu pedi que ele escrevesse num papel para que se pudesse corrigir esses pequenos detalhes. Acho que foram oportunas as observações que fez. Mais as correcções que agora foram introduzidas. -----

Sobre o teor do documento, eu penso que o essencial está dito. O documento diz o que diz, e não diz mais do que não diz. Isto é, não se pronuncia sobre um outro conjunto de questões, enfim, há muitas outras questões que poderiam ser aqui levantadas e, nomeadamente, não se pronuncia sobre a questão da liberalização. Porque, já sabemos que, por exemplo, em Lisboa, coexistem dois operadores ferroviários (que eu me recorde, a CP e a Fertagus), mas isso não inibe, apesar disso, o Governo, os Poderes Públicos, através do Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres, de manter mão sobre os preços e sobre o serviço prestado. -----

Aliás, ainda há pouco tempo o fez! Quando impôs limites aos aumentos do passe social nas zonas da grande Lisboa que depois alargou a todo o país. Portanto, sobre isso, a moção não se pronuncia, até porque, sobre essa matéria, provavelmente teríamos posições diferentes. -----

Outro aspecto é a questão do preço, que foi introduzida pelo engenheiro Mário Eugénio, com toda a razão. Isso ter-se-ia resolvido, se tivesse sido aprovada uma proposta, que aliás, já aqui foi várias vezes votada, do passe-social para o Entroncamento. Tal como a proposta que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República e que foi rejeitada pelo Partido Socialista. -----

Sobre a questão dos serviços, eu ouvi com atenção os contributos que foram dados, tanto pelo engenheiro Rosa Pedro, quer pelo Mário Eugénio, que conhecem o assunto muito melhor do que eu. -----

Mas eu gostaria de deixar ainda uma outra referência: É que se vier a ser construída a linha do TGV, como provavelmente irá ser, provavelmente, muitos dos inter-cidades Lisboa/Porto serão desviados para esse canal. E se isso acontecer, é obvio que, mais uma vez, o Entroncamento ficará à margem desse serviço de qualidade. -----

Isto é, se se confirmarem (e este se é bastante carregado) as tendências que nós já podemos vislumbrar, quer de facto com a aprovação deste Decreto-Lei, ou com a degradação do serviço ferroviário prestado ao Entroncamento, mais as perspectivas que se poderão vir a abrir da construção de uma linha de TGV por onde irão passar os inter-cidades Lisboa/Porto, vemos que, vai acentuar-se o carácter periférico do Entroncamento. Para já, o afastamento do Entroncamento em relação ao Norte do país (afastamento de facto, não geograficamente, como é entendido). -----

Se hoje já é difícil encontrar ligações de qualidade e rápidas para o Norte, nessa altura serão muito mais. E portanto, a tendência será nós aproximarmo-nos de facto, em termos de comunicação e de transportes, da grande Lisboa. Em relação à grande Lisboa, nós passamos a ser a periferia! Isto é, acentua-se o carácter extremamente periférico da nossa cidade. E penso que isso é uma perspectiva que não é boa. Também não é fatal que assim venha a acontecer, mas penso que nós devemos acompanhar com muita atenção e que este Decreto-Lei começa a dar passos, mesmo tendo em conta a disposição transitória, que diz que isto só entra daqui por cinco anos. -----

Enfim, nós percebemos como é que se fazem estas habilidades políticas no sentido de não levantar grandes ondas neste momento, porque é só daqui a cinco anos, mas mesmo nestas circunstâncias, é de facto dado um passo para degradar o serviço ferroviário público em todo o país, como disse o engenheiro Mário Eugénio e, no que nos toca particularmente, para acentuar o carácter periférico do Entroncamento em relação à grande Lisboa e o afastamento depois em relação ao Norte do país.” -----

Pedi a palavra **Rosa Pedro**: “Nós neste momento, ao nível do material que temos, nesta parte onde estamos essencialmente inseridos, parte desse material circulante, quando aqui há uns anos foi feita a reafectação e houve abates e desactivação de material, grande parte desse material, algum, na altura, chegou a ser ponderada a possibilidade de ser afecto aos nós suburbanos de Lisboa, até eventualmente na margem sul, antes de se avançar para a opção do metropolitano, do metro ligeiro da margem sul. Neste momento, algum desse material, para reforçar os suburbanos do Porto, sofreu algumas modificações e foi afecto aos suburbanos do Porto. E, surge a possibilidade, já ventilada, de se fazer alteração em algum desse material, para o reafectar, por exemplo, a alguns serviços de longo curso, nomeadamente, na linha da Beira Baixa, comboios de longo curso até Castelo Branco. -----

Ou seja, o material normalmente afecto ao regional e ao inter-regional, actualmente ao serviço, bem como do novo material circulante a adquirir, de automotoras, que manterão essa valência, é um material que permite alguma versatilidade. Por isso, esta questão, da importância que tem, da lacuna que o Decreto-Lei deixa a descoberto, do serviço regional e inter-regional poder vir a ser um complemento aos serviços urbanos e suburbanos. Digamos que, tecnicamente é sustentado. É uma questão que não se resolve se politicamente assim o não quiserem. -----

A utilização deste material, mesmo com uma lei de paragens adequada, permite colocar as pessoas em Lisboa, digamos, em tempos que sejam minimamente suportáveis. Aqui

há trinta ou quarenta anos atrás, as pessoas que iam trabalhar para Campolide, por exemplo, partiam do Entroncamento às cinco da manhã e chegavam a casa às oito da noite. Portanto, hoje, no século vinte e um, penso que é insustentável voltarmos a uma situação dessas. -----

De modo que isto é uma situação que, só não há um retrocesso e as coisas não serão reconsideradas, se politicamente não se quiser.” -----

Mário Eugénio pediu a palavra: “Eu só queria deixar aqui uma nota. É completamente aberrante ir-se de Castelo Branco para Lisboa e vir de Lisboa para Castelo Branco numa UTE. Eu nem falo nisso, porque não vale a pena.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a Moção apresentada no ponto dois da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA NO PONTO NÚMERO DOIS -----

A **Moção** apresentada no ponto dois da Ordem de Trabalhos, **apreciação das consequências para o concelho do Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de Março (condições de realização e utilização do transporte de passageiros por caminho de ferro)**, foi **aprovada por unanimidade com vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Em relação à informação que o senhor Presidente deu, salientava aqui três aspectos. -----

Primeiro, a questão dos selantes, que é um apoio que a Câmara dá na área da saúde e que é muito mais importante que os cheques dentários que são dados pelo Governo. Porque a saúde faz-se na prevenção. Não se faz no negócio, não se faz em negócios feitos para explorar a doença das pessoas. A saúde faz-se na prevenção, no evitar que as pessoas adoçam. É importante o papel que a Câmara tem nesse aspecto. -----

Segunda questão, na página trinta e seis, a situação financeira da Câmara Municipal e mais concretamente a arrecadação de receitas – Perspectiva-se, mais uma vez para o Entroncamento, uma subida das receitas em sede de IMI. Não direi tanto em sede de IMT, mas em sede de IMI, já foram ultrapassados os valores do ano passado, portanto, continua o aumento desta receita e, continua também o sacrifício das famílias nesta área, porque são as famílias a desembolsar estes valores, sobretudo na área da habitação própria. -----

A terceira questão, que é na página trinta e nove, tem a ver com as dívidas. De facto houve uma diminuição das dívidas e isto é de louvar. -----

Saliento que, esta diminuição da dívida é de facto positiva, tanto da dívida a fornecedores a curto prazo, como da dívida do médio/longo prazo. -----

A questão que nós levantámos no passado, continuamos a levantar – podia ter sido feito melhor do que isto. E podia ter sido feito melhor porquê? Porque há um saldo que vem do passado, da situação da Câmara, que é favorável, saldo esse da gerência anterior, que é de dois milhões setecentos e sessenta e quatro mil euros. É um saldo muito bom. -----

Por outro lado, houve a venda de terrenos e portanto, há mais receitas do que as que estavam previstas. E, em relação à questão da venda de terrenos, que vem aqui na informação, suscita-nos alguma preocupação, pois tendo a situação da Câmara melhorado, tendo havido um aumento das receitas em termos de IMI e de IMT o ano passado, porque é que fomos vender terrenos nesta altura? Uma altura em que o mercado não é propício à venda de terrenos! -----

É evidente e é certo que todas as forças políticas, que estão aqui, autorizaram a venda desses terrenos. Isso é um facto. Houve a aprovação do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, da Coligação Democrática Unitária, do Partido Social Democrata, para a venda dos

terrenos e foram esses terrenos que foram vendidos. Porque senão, teria de vir aqui novamente à Assembleia Municipal. -----

Estou aqui a ver alguém que está a negar isso, mas, para haver uma venda de terrenos, essa venda de terrenos tem de vir à Assembleia Municipal. Não veio no actual executivo, mas veio no executivo anterior. Portanto, houve uma autorização. Mas, não vamos entrar em mais pormenores em relação a isto. -----

Só queria salientar esta questão, os bens patrimoniais da Câmara têm de ser muitas vezes vendidos para valorizar, ou de uma outra forma, para fazer face a determinados compromissos a fornecedores. Mas tem de se ter em conta é a altura propícia, em termos de mercado, para os vender. E, se calhar, esta não é a melhor altura.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara que esclareceu algumas questões aqui abordadas. -----

Esclareceu o **Presidente da Câmara**: “Em relação ao Centro de Saúde, eu tenho a certeza, porque me foi afirmado pelo doutor Branco, que o Entroncamento precisa, de imediato, de médicos. Acima de tudo, de médicos. -----

O senhor Governador Civil veio ao Entroncamento dizer que este ano começavam as obras do Centro de Saúde, assumiu no dia sete de Janeiro, no aniversário dos Bombeiros e, portanto, acredito piamente que ele não vai falhar. Eu disse-lhe: “cuidado com o que está a prometer” e ele disse: “é uma certeza”. -----

Mas, mais do que isso, com as conversas que eu vou tendo com os médicos, com as pessoas minhas conhecidas também do Centro de Saúde, assume-se que faltam, acima de tudo, médicos. -----

Há hipótese de meter quatro médicos, como disse o senhor engenheiro Carlos Matias e, se for devidamente pensado e se houver algum sacrifício da parte dos médicos, até mais alguns poderiam lá trabalhar. Mas depende, pois não falamos só de médicos, falamos de todo o pessoal de serviço de saúde que há falta e há falta também de condições para eles trabalharem cabalmente. -----

A Câmara Municipal do Entroncamento e eu, particularmente, falei com o senhor doutor Branco, na altura e até antes da Assembleia Municipal e ele ficou de mandar um documento para a Câmara. Mas ainda não mandou. Vou assumir, ele disse que mandava, mas não mandou e as atitudes ficam para quem as pratica. Eu não tenho absolutamente nada contra isso. -----

Devemos de facto continuar, como é dito pelo Bloco de Esquerda, a pressionar para que tenhamos instalações e pessoal médico com qualidade. -----

Em relação à Estação da CP e à falta de segurança, eu assumi isso, se calhar, como diz um dos senhores jornalistas, que é politicamente incorrecto, mas eu só sei chamar as coisas pelos nomes e não sou capaz de tomar atitudes para que seja muito correcto em certas alturas. Não, é no momento que tem de ser dito o que é que nós pensamos. E, assumi. Mas custa-me aqui ouvir dizer que eu disse que os Entroncamentenses se sentiam ludibriados. Nós não sabemos de nada! Temos sido enganados ao longo dos anos. E quero assumir aqui que nunca vi nenhum projecto sobre a Estação do Entroncamento. Têm-nos enganado sempre com os estudos. E, uma pessoa que está dentro desta área e que referiu, e muito bem, o engenheiro Mário Eugénio que já está nesta casa há mais anos que eu, tal como outros deputados que estão aqui, disse que, conhece e tem a noção de que há mais de trinta anos que se anda a enganar o povo do Entroncamento com estudos, com projectos. Portanto, faz-me alguma confusão como é que dizem que eu não informo as pessoas! Não tenho dados, nunca foi apresentado aqui nada sobre a Estação do Entroncamento. -----

Quero dizer-vos ainda que, há dias disse-o na reunião de Câmara e assumo isso, de que havia alguma dificuldade com o senhor engenheiro Luís Pardal, acho que se cortaram agora algumas barreiras, mas havia aqui algumas barreiras e, portanto, tinha alguma dificuldade de fazer alguns contactos com ele. -----

O senhor Secretário de Estado promoveu-me esses contactos com ele e, quero também assumir que, conheço alguma coisa sobre o espaço ferroviário no Entroncamento, enquanto membro do Conselho de Administração da Fundação. Assumi-o lá, não estava lá como Presidente da Câmara, mas como membro da Fundação, quando foi apresentado o *master plan* pelo arquitecto Carrilho da Graça. Fomos ao planeamento, à Refer. Portanto, o senhor engenheiro Alves Monteiro recebeu-nos e mostrou-nos alguma coisa. Há-de vir mostrar (quando o entender, como foi lá dito na reunião) à Câmara do Entroncamento e aos seus membros. -----

Agora aguardemos que isso possa acontecer. -----

Em relação ao Museu em si, sinto-me satisfeito também por se ter conseguido aquela obra, por aquela obra ter sido feita. -----

Não fui eu, foi a Câmara Municipal do Entroncamento que lançou aquela empreitada da Redonda, na altura. Não faço finca-pé nenhum disso, está aqui, na minha informação, na página dezassete, como é que foi lançada aquela Redonda. Entretanto, veio para o Entroncamento um Presidente da Comissão, nomeado pelo Governo (este Governo) que veio dar forma, de facto, à Fundação que tinha sido apresentada e aprovada pelo Governo anterior a este. E, ele entende que é Rotunda... mas eu não quero falar mais sobre essa matéria, mas, há pouco, a doutora Isilda falou aqui sobre o “menosprezar”. Estamos a falar de menosprezar pessoas e, quando se começa nos ataques pessoais, que não fica bem a nenhum de nós e que eu tento nunca o fazer, tento não responder a isso, tento ignorar, e também nunca fiz nem nunca farei ataques pessoais a pessoas que sei que tinham todas as condições, no passado, pelas responsabilidades que tinham no passado, dentro das empresas ferroviárias e que tentaram sempre inviabilizar o Museu! O Museu sabe disso e, portanto, sempre tentaram inviabilizar que as coisas crescessem. Tanto de Lisboa, como, e muito pior, quando eram da nossa terra, onde nós queremos o Museu. -----

Mas sobre essa matéria eu ponho um ponto final, completamente encerrado. -----

Nós sabemos como são estas coisas, mas eu pensava que os nossos governantes tivessem vontade própria, mas não. Sabemos como são estas coisas e, ficou-se nas meias palavras. Mas eu entendo que, a senhora Secretária de Estado assumiu o que assumiu e assumiu mais sobre a Estação do Entroncamento e disse ao senhor Presidente da Refer para tratar desse assunto. -----

Ainda em relação ao Museu, só queria dizer que, numa reunião da Comunidade Urbana do Médio Tejo, foi defendido, mas defendido com uma clarividência total pelo senhor Vice-Presidente, para que o Museu viesse e fizesse parte do Plano Regional do Ordenamento do Território. O senhor Vice-Presidente fez isso numa das últimas reuniões e foi introduzido o Museu Nacional Ferroviário lá. Portanto, quando ele faz mal, faz mal, quando ele faz bem, faz bem e devemos estar atentos a isso. Devemos isso, a defesa que ele fez do Museu para que fizesse parte do PROT. -----

Em relação ao que foi aqui também falado, sobre o Museu vivo, a recuperação do material, o senhor Mário Eugénio sabe quanto é que custa recuperar qualquer locomotiva daquelas. Segundo dizem os ferroviários, ou segundo diz o Presidente, é de facto uma perfeita loucura. Mas, há uma ideia dessas e há a ideia de que, o senhor engenheiro Valente de Almeida, com alguns ferroviários, que têm alguma disponibilidade para trabalhar, possam recuperar uma locomotiva que está na Fernave para pôr à disposição do Museu. -----

Em relação à EDP, é mesmo um processo e um problema da EDP. A EDP é que tem de fazer isso. Nós temos tido ultimamente boas relações com a EDP. -----

Em relação ao que falou o senhor António Ferreira, que perguntou porque é que vendemos terrenos. Foi um *timing*. Todos nós pensávamos que o QREN ia entrar em dois mil e sete, mas só está para entrar agora. Portanto, entendemos criar uma dotação para que pudesse fazer força a alguma coisa que viesse do QREN. Entendemos por bem vender, naquele momento, mas também entendemos por bem comprar naquele momento. Pois também comprámos noventa e três mil metros de terreno para a Câmara Municipal do Entroncamento. --

Quanto ao jardim em frente à Estação, devo dizer que foi feito no passado, foi tratado em termos viários e neste momento é o embelezamento da Praça. Vai lá ser instalado, como foi aprovado por esta Câmara, por unanimidade, o Monumento ao Trabalhador Ferroviário. -----

Não posso andar a dizer mais coisas, isto foi aprovado por unanimidade! Até admito que a Coligação Democrática fizesse uma pergunta destas, as outras bancadas, acho que trabalhamos todos em coordenação e, em coordenação, os deputados municipais sabiam, pelos senhores vereadores que aprovaram isso, que vamos tratar de embelezar a Praça em frente à Estação, a Praça da República. -----

Sempre esperámos que a CP, ou a Refer, viesse tratar do espaço também em frente à Estação para que fosse uma coisa feita ao mesmo tempo, mas, não conseguimos. Vamos tratar daquele espaço e vamos lá implantar o Monumento ao Ferroviário. “

Solicitou a palavra **Mário Eugénio**: “Eu só queria fazer uma correcção àquilo que disse o senhor Presidente da Câmara, porque depois pode-se ficar com uma ideia absolutamente errada. -----

Eu quando falei na questão dos projectos, não disse que tinha visto aqui projectos! Não foi na Câmara! Eu nunca aqui vi projecto nenhum enquanto autarca! E eu sou autarca desde oitenta e três e só interrompi por um ou dois anos enquanto estive a trabalhar em Lisboa. -----

Eu estou-me a lembrar dos projectos que vi, que, se não eram projectos, eram ante-projectos, mas não foi aqui. Eu nunca disse isso, atenção. -----

Mas eu vi-os e vi-os há muitos anos! Não me perguntem se foi por ser ferroviário, se foi por ser autarca, eu não os vi aqui na Câmara, foi fora da Câmara. -----

Mas estou à vontade, porque, seguramente, não fui só eu que os vi, houve mais gente que os viu. -----

Outra coisa, também nunca disse que eram projectos para uma nova Estação! O que eu vi eram projectos de remodelação da Estação actual. E isso, não é segredo para ninguém, toda a gente sabe que há projectos desses há tantos anos!” -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram doze horas e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. ---

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário:

Elaborada pela funcionária ao serviço da Assembleia Municipal:
Ana Paula Rosão – Assistente Administrativa Principal